

CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA E DE INSEGURANÇA ALIMENTAR EM DOMICÍLIOS DE CRIANÇAS 6 A 23 MESES DE UM MUNICÍPIO DO SERTÃO ALAGOANO

Socioeconomic and food insecurity characterization in homes with children aged 6 to 23 months

Laryssa Nunes de Oliveira¹; Rayssa Hellen Souza dos Santos¹; Lilian Andrade Solon¹; Anny Kariny Pereira Pedrosa¹; Giovana Montemor Marçal¹; Marília Moura e Mendes¹; Ana Paula Grotti Clemente¹;

¹Faculdade de Nutrição, Universidade Federal de Alagoas - UFAL

Autor correspondente: Laryssa Nunes de Oliveira, larynunes.o@gmail.com

1. Introdução

O Brasil é uma das sociedades mais desiguais do planeta. Embora esteja colocado entre as seis maiores economias mundiais, quando se considera o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) o Brasil ocupa a 79^a posição entre 187 países.¹

A Insegurança alimentar é caracterizada quando a família não tem acesso regular e permanente a alimentos de quantidade e qualidade adequada para suprir suas necessidades, sem interferir nos demais direitos constitucionais. A porcentagem de pessoas subnutridas, ou seja, aquelas que enfrentam privação crônica de alimentos tem aumentado devido a desacelerações econômicas nos países em desenvolvimento ocorridas nos últimos anos.² Diante disso, a pergunta: Qual a caracterização socioeconômica e de insegurança alimentar de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) que possuem crianças de 6 a 23 meses no domicílio em um município do sertão alagoano? Assim, o objetivo do presente estudo foi realizar descrição do perfil socioeconômico e de insegurança alimentar das famílias beneficiárias do PBF com crianças de 6 a 23 meses de idade.

3. Metodologia

Estudo transversal com dados de domicílios de crianças de 6 a 23 meses coletados no município de Pão de Açúcar- AL pelo projeto intitulado “Avaliação da gestão e

operacionalização dos Programas Nacionais de Suplementação de Ferro e de Vitamina A e a relação com o estado nutricional de crianças de 6 a 24 meses em municípios do estado de Alagoas”, aprovado pelo comitê de ética e pesquisa nº 2533693, via Plataforma Brasil. Para a análise da Insegurança Alimentar foi aplicada a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), instrumento com 14 questões sobre a situação alimentar vivenciada no domicílio da criança nos últimos 90 dias antes da entrevista. E para a designação do perfil socioeconômico das famílias utilizamos os dados do Cadastro único dos Programas sociais, cedido pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do Estado de Alagoas.

4. Resultados e Discussões

No que se refere a Insegurança Alimentar 69,2% apresentaram algum tipo, seja ela leve (28,1%), moderada (12,5%) e grave (28,6%). Apenas, 30,8% dos domicílios encontram-se em segurança alimentar.

A aferição da insegurança alimentar, quando feita pela EBIA, engloba forte influência do componente de acesso financeiro ao alimento, uma vez que a maior parte das perguntas da escala refere-se à condição "ter dinheiro suficiente" para a aquisição do alimento.³

A afirmação acima se confirma quando se observa a média de renda familiar de R\$ 215,53 ($\pm 186,12$) das famílias participantes do projeto, já incluindo o rendimento do benefício. Quando classificamos por faixa de renda familiar per capita 93,7% dos domicílios estão em extrema pobreza com uma renda per capita de até 85,00; 1,7% na pobreza com renda de 85,01 a 170,00 e 4,6% possuem uma renda de 170,01 até 1,2 salário mínimo. Apesar da média de escolaridade materna ser de 9,15 anos ($\pm 3,73$).

O valor de despesas mensal com alimentação dos domicílios em média foi de R\$ 124,92 evidenciando a dificuldade de acesso a aquisição de alimentos. É importante ressaltar que não houve diferença na prevalência de insegurança alimentar entre as famílias que moravam na zona urbana e rural. Cerca de 94,3% relataram ter água encanada no domicílio e 4% das casas eram abastecidas por cisternas. Foi observado em domicílios em insegurança alimentar há consumo reduzido de frutas, verduras e carnes, assim, a renda

detém o poder explicativo da insegurança alimentar e não poderia ser diferente uma vez que a sociedade brasileira é muito monetarizada.⁴

5. Considerações finais

Esta pesquisa demonstrou que, há uma alta prevalência de insegurança alimentar no município estudado, associada a um perfil socioeconômico que dificulta o acesso regular e permanente aos alimentos, já que, é determinante nessa dimensão de Segurança Alimentar e Nutricional.

Palavras-chave: Alimentação. Condições socioeconômicas. Crianças. Renda familiar. Segurança alimentar.

Referências

1. PLANO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Brasil sobe uma posição no ranking do IDH e fica em 79º entre 187 países.** Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2014/07/24/brasil-sobe-uma-posi-o-no-ranking-do-idh-e-fica-em-79-entre-187-pa-ses.html>>. Acesso em 21 out 2018
2. FOODS, M. H. I. **Food and Agriculture organization of the United Nations.** 2003. Disponível em: <<http://www.fao.org/state-of-food-security-nutrition/en/>>. Acesso em 21 out 2018
3. GUBERT, M. B.; BENÍCIO, M. H. D.'A.; SANTOS, L. M. P. Estimativas de insegurança alimentar grave nos municípios brasileiros. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 26, p. 1595-1605, 2010.
4. MARIN-LEON, L. et al. Bens de consumo e insegurança alimentar: diferenças de gênero, cor de pele autorreferida e condição socioeconômica. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 14, p. 398-410, 2011.

Recebido em: 22/10/2018.

Aprovado em: 27/10/2018.